

CAMPANHA SALARIAL 2016

AGORA É GREVE!



Assembleia geral rejeita proposta patronal e decreta greve na categoria

Após analisar a proposta patronal, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras presentes na assembleia geral realizada na noite da quarta-feira, 20 de julho, resolveu rejeitá-la e decidiu decretar a greve na categoria metalúrgica.

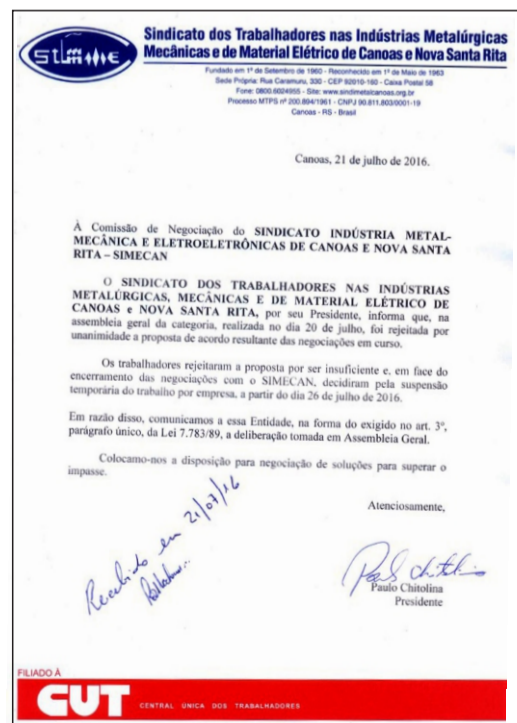
A partir da terça-feira, 26 de julho, quando já estará cumprido o prazo legal do aviso de greve (72 horas, segundo a lei nº 7.783, de 28/06/1989), o sindicato poderá promover a paralisação total da produção em várias fábricas da categoria, principalmente nas empresas de trabalhadores/as que não se conformam com o parcelamento do reajuste salarial proposto pelos patrões.

Enquanto a categoria reivindica a reposição em

maio/2016 das perdas inflacionárias entre maio/2015 e abril/2016 (9,83%), os patrões oferecem este reajuste em três vezes: 3 % retroativos a maio, 1,5% em setembro e o restante para completar os 9,83%, em dezembro, no limite de salários até R\$ 5.500,00.

O objetivo da greve é forçar a reabertura das negociações para conquistar a reposição dos 9,83% retroativos a maio/2016 ou, na pior das hipóteses, melhorar a proposta salarial. Caso os patrões se mantenham irredutíveis, é possível que a questão vá para dissídio, ou seja, para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que buscará conciliação ou julgará o dissídio caso não aconteça acordo, o que pode estender a campanha salarial por mais alguns meses.

Companheiros/as: a greve é um direito garantido na Constituição e significa o não-trabalho em um ou mais dias da semana, incluindo sábados, domingos e turnos diferenciados. Ela poderá acontecer em sua empresa, conforme decidiu a categoria presente na assembleia. Neste caso, a direção do sindicato orienta que todos voltem para suas casas quando o movimento estiver sendo promovido e não aceitem pressão de chefias para entrar. Aqueles que decidiram pela greve estarão na linha de frente para garantir que a mobilização seja um sucesso.



Reprodução da carta comunicando os patrões sobre a decisão tomada pela categoria em assembleia geral

CONJUNTURA NACIONAL

Temer atende empresários e vai agilizar desmonte de direitos dos trabalhadores

O desmonte dos direitos da classe trabalhadora brasileira vai caminhar a passos largos e rápidos. Essa garantia o presidente ilegítimo e golpista Michel Temer (PMDB-SP) deu para o empresariado quando reuniu-se mais uma vez na terça, 19 de julho, com vários representantes deles para reafirmar a intenção do governo de agilizar a implementação das reformas previdenciária e trabalhista.

Segundo a imprensa que tentou cobrir o encontro, os empresários não foram ao encontro para protestar contra a recente declaração do ministro Henrique Meirelles de que será necessário aumentar impostos para fazer ajuste fiscal, o que corrobora a tese de que, na verdade, foram cobrar a fatura do apoio ao impeachment. Cabe lembrar que, recentemente,

fizeram uma patacoada em frente à Fiesp e em Brasília para expor a campanha "Não Vou Pagar o Pato" para supostamente protestar contra a proposta do governo Dilma de ressuscitar a CPMF e, de tabela, desgastar a presidenta para afasta-la do cargo, contribuindo com o golpe.

No mesmo dia, à noite, Temer jantou com os presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Renan Calheiros (PMDB-AL) para agir em sintonia e alinhavar as prioridades nas medidas de "combate à crise". No dia seguinte, 20 de julho, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira (PTB-RS), apressou-se a anunciar que o governo vai encaminhar até o fim do ano propostas de "atualização" da CLT e de regulamentação da terceirização.

O que os empresários querem e o governo golpista vai encaminhar

A atualização da CLT

Na verdade, querem impor a prevalência do negociado sobre o legislado, ou seja, os acordos - muitas vezes obtidos por meio de chantagens e ameaças por patrões - teriam mais validade do que aquilo que está

previsto na legislação trabalhista. Na prática, isso seria o fim de inúmeros direitos garantidos em lei. A ideia, num primeiro momento, seria flexibilizar jornadas e salários. Depois, mexer em direitos como as férias e o 13º salário, por exemplo.

A regulamentação da terceirização

Na verdade, querem impor a terceirização sem limites, um abuso aos direitos trabalhistas. Assim, a terceirização não seria adotada apenas para serviços de limpeza, segurança, alimentação etc, mas também para a atividade-fim. O pastor evangélico e deputado gaúcho Ronaldo Nogueira, atual ministro do Trabalho, evitando usar termos como "terceirização", "atividade-meio", "atividade-fim", prefere dizer que trabalhadores poderão firmar um "contrato de serviço especializado", que é uma expressão coxinha para escravidão e exploração da mão de obra barata. Como sabemos, a terceirização só é boa para a classe patronal, que, por meio dela, reduz salários, benefícios e até as condições básicas de trabalho, como



proporcionar aos trabalhadores uniformes e equipamentos de proteção decentes. Os trabalhadores terceirizados, como o nome já diz, são tratados como trabalhadores de 3ª categoria. Normalmente ganham menos, têm menos benefícios, menos representação sindical, estão mais sujeitos à rotatividade de pessoal, entre outros problemas.

O PPE permanente

O governo ilegítimo propõe a transformação do PPE (Programa de Proteção ao Emprego) em política permanente. O que era pra ser um quebra galho pra manter empregos em tempos de crise econômica, pode se tornar um mecanismo administrativo comum para garantir a tal "empregabilidade". Uma simples queda sazonal de produção poderá ser motivo para o patrão enfiar goela a baixo um PPE para seus trabalhadores, que teriam salários e jornadas reduzidas. É mais uma precarização do trabalho.



Outros retrocessos propostos

A CNI (Confederação Nacional da Indústria), entidade patronal presidida por um empresário que, no início do mês, sugeriu jornadas de até 80 horas semanais, elaborou um documento chamado "Agenda para o Brasil sair da Crise" que propõe, além da atualização da CLT para "valorizar" a negociação coletiva impondo a prevalência do negociado sobre o legislado, da regulamentação da terceirização e do PPE como política permanente, outras medidas amargas para a classe trabalhadora.

Entre estas outras medidas está a reforma da Previdência Social prevendo a adoção da idade mínima, o fim ou alteração da NR-12, que estabelece medidas de segurança em máquinas e equipamentos, a exclusão dos acidentes de trajeto dos cálculos do FAP (Fator Acidentário de Prevenção), a revisão do regime de partilha do pré-sal, a privatização das companhias de saneamento e dos portos e a negociação de acordos comerciais fora do Mercosul, entre outras medidas que já contam com o apoio irrestrito do governo golpista de Michel Temer.

Em todas estas medidas propostas na "Agenda para o Brasil sair da Crise", quem vai acabar pagando o pato é o povo brasileiro, a classe trabalhadora, que vão sofrer consequências diretas e indiretas com os retrocessos que levarão anos para ser derrubados e corrigidos.

Classe trabalhadora está fora!

O novo governo já fez várias reuniões com o setor patronal. Representantes da classe trabalhadora no Congresso Nacional afirmam que nunca como agora os grandes empresários circulam e frequentam os espaços de poder lá em Brasília. O entra-e-sai é constante e os empresários têm trânsito livre em ministérios e no Palácio do Jaburu, sede do governo ilegítimo e golpista de Michel Temer. Já, os representantes da classe trabalhadora, não tem acesso nenhum permitido e não têm sido convidados e muito menos consultados sobre as reformas que os patrões dizem ser "modernizadoras".

"O governo de Michel Temer é interino e não tem legitimidade para intervir em temas que podem comprometer conquistas de 70 anos. São temas importantes que tem que ser debatidos amplamente na sociedade. Quem tem legitimidade para debater são as centrais sindicais", disse Sérgio Nobre, secretário-geral da CUT, que lembrou da proposta indecente do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, que sugeriu recentemente aumento da jornada de trabalho de 40 para 80 horas. "Isso é mudança modernizadora?", questionou.

Para a CUT e outras centrais, é muito importante que a classe trabalhadora tenha consciência do que está acontecendo e ajude o movimento sindical a barrar estas reformas que vão destroçar com os direitos de todos, principalmente das futuras gerações.



EXPEDIENTE

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC
Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: contato@sindimetalcanoas.org.br - Facebook: /sindicato.metalurgicodecanoas - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Silvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. n° 8658) e Rita Correa Garrido - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.